



A educação do corpo infantil nas Diretrizes Curriculares de Campinas Ferreira, M.; Nunes, M.L.F.;

As representações da infância possibilitam que as experiências, as vontades, o ser criança se homogeneizem, e, conseqüentemente, fazem com que nós – adultos - criemos ações que as governam. Por isso, decidimos pelas crianças seus desejos, suas crenças, seus saberes, enfim, o que deve ou não ser feito com o sujeito infantil. É na Modernidade que a infância é inventada, e, assim como ela, a escolarização. Desde então, ambas são alvos de técnicas de governo, a fim de garantir a formação dos sujeitos desejáveis em acordo com a lógica da governamentalização do Estado vigente. Como prática de governo, as políticas curriculares são formuladas em meio às pressões para a formação dos sujeitos destes tempos, pressionada pela hegemonia neoliberal. Ressaltamos que por mais que as políticas curriculares sofram influências de modo a tornarem-se similares em diferentes países, elas sofrem recontextualizações no âmbito local. Isso decorre em função das diferentes interpretações realizadas por sujeitos posicionados em situações dominantes no interior da esfera econômica e de controle cultural. As políticas educacionais são formadas em meio a um conjunto de textos e discursos, inseridas em uma rede discursiva e dependentes de poderes e interesses nos quais se inserem, que ao se recontextualizarem, tornam-se híbridos culturais. Nesse trabalho, partimos do pressuposto que a educação básica assume um papel relevante no governo dos sujeitos envolvidos no contexto escolar. A partir do ciclo de políticas, formulado por Stephen Ball, analisamos os discursos da educação do corpo dos infantis presentes nas Diretrizes Curriculares Básicas para a Educação Infantil (2013): um processo contínuo de reflexão e ação de Campinas (DCCEI), a fim de inferir os modos de regulação do ser criança. Percebemos que o documento apresenta influência de diversas comunidades epistêmicas, que, ora não são convergentes, ora são contraditórias no que tange à tentativa de governar os infantis. Essa situação produz confusões epistemológicas que possibilitam às (aos) professoras(es) fabricarem recontextualizações a partir de suas concepções de infância, de mundo, fragilizando a sua prática pedagógica. Por efeito, abrem-se as portas para que discursos de incapacidade docente se solidifiquem, o que fomenta processos de formação continuada, que, como sabemos, favorece a mercadização do conhecimento e, com isso, o empresariamento do Estado, logo, a hegemonia neoliberal. Destacamos a importância do estudo, visto que nesse nível de ensino não há especialistas de Educação Física, aqueles a quem historicamente se atribuiu, se legitimou e se limitou essa função. Apoio FAPESP e CAPES.

E-mail: maisaf93@gmail.com